

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Ao examinar retrospectivamente o que foi feito no Governo anterior, no plano da política financeira, a primeira e prazerosa conclusão a que chego é a da extraordinária vitalidade da economia paulista, capaz de propiciar, no espaço de dois anos, a um único Governo, a recuperação das finanças do Estado e da normalidade da ação administrativa.

Austeridade, estabelecimento de medidas de ordem administrativa, visando à recuperação financeira, técnica de planejamento destinada a evitar a dispersão, o descontrôle e o empirismo, foram os instrumentos bastantes para que se fizesse sentir, imediatamente, a reação sadia do organismo estatal, no sentido de sua recuperação.

Um dos méritos indiscutíveis do Governo anterior, de cuja política, no plano financeiro, tive a honra de ser colaborador direto, foi o de ter discernido, com nitidez, o esquema das providências a adotar e de o ter adotado com coragem, obstinação e coerência.

O problema financeiro se impunha como questão primacial, pressuposto necessário de qualquer planejamento administrativo, já que dele dependia a higidez orgânica do Estado, condição para o exercício amplo das complexas funções do Governo.

É por esse motivo que, ao expor a situação do Estado, nesta mensagem mais debruçada sobre a obra de ontem do que voltada para as perspectivas nascentes de hoje, faço em torno das medidas de natureza financeira, adotadas pela Administração que me antecede e das quais, pela própria participação que me coube, tenho conhecimento direto, considerações que se me afiguram adequadas a um preâmbulo.

FINANÇAS

Já se desvanece nas sombras do passado, mas cabe evocá-lo ainda agora, num confronto — quando se volve, com o Governo que me antecede, mais uma página da história administrativa do Estado de São Paulo — a situação financeira reconhecidamente grave com que se defrontou o mesmo Governo, ao iniciar sua gestão.

Não se cuidava, então, apenas da ocorrência de mais um "deficit", na longa sucessão dos que se verificavam havia já quase meio século, com exceção dos exercícios de 1943 e 1944; de um "deficit" de proporções toleráveis que pudesse ser prontamente absorvido pelos recursos normais de uma economia em franca expansão. Tratava-se, sim, em 1954, de um "deficit" que para logo se verificou ascender à cifra de aproximadamente seis bilhões de cruzeiros, em flagrante desequilíbrio com o vulto do orçamento do exercício, cuja receita, prevista em Cr\$ 13.230.000.000,00, atingiu a importância de Cr\$... 16.061.821.981,40. A situação espelhada pela execução orçamentária acompanhava-se, ainda, de um cortejo de outros fatos financeiros, todos eles indicativos da absoluta incapacidade do Tesouro para atender a encargos e compromissos os mais urgentes — desde o pagamento regular ao funcionalismo e dos créditos a fornecedores, inclusive de gêneros de primeira necessidade e medicamentos — e da impossibilidade de uma gestão bastante que fôsse apenas para manter a máquina da Administração. A execução orçamentária altamente desfavorável juntavam-se, com efeito, as consequências da falta de numerário, determinada, por seu turno, pela circulação maciça de bônus rotativos do Tesouro que, recebidos em pagamento de impostos, tornavam apenas escritural

e simbólica a arrecadação da receita, sem embargo da necessidade do atendimento da despesa obrigatória de natureza orçamentária.

A exigir larga soma de recursos, agigantava-se, pelos próprios encargos de renovação, a dívida fluante, que atingia a cifra de Cr\$ 26.187.658.724,40 em 31 de dezembro de 1954, superior em Cr\$ 10.125.836.743,00 à própria receita realizada nesse exercício.

O quadro não era, realmente, confortador. Os fatos estão na memória de todos e as publicações oficiais deles dão notícia.

As perspectivas para o exercício de 1955 não se apresentavam promissoras. Votado o orçamento com a previsão de um "deficit" de Cr\$ 584.482.651,00, poderia esse "deficit" elevar-se à cifra de Cr\$ 7.215.000.000,00 se se mantivessem as percentagens que vinham expressando, nos últimos exercícios, a relação entre os descobertos e as receitas prováveis — tomada por base a menor dessas percentagens (35,95%) verificadas no triênio 1952/1954.

Mas nem só a Administração propriamente dita se debatia em dificuldades, para as quais, concorria, também, com sua interferência, a conjuntura econômico-financeira do País, cujos fatores são estranhos a qualquer ação direta do Poder Público estadual.

Sofrendo as influências da situação geral em que se encontrava o Estado, premidos por dificuldades de toda a ordem, estiolavam-se, também, instituições da administração indireta ou de colaboração com o organismo estatal, as quais, orientadas convenientemente, podem constituir fatores de propulsão da economia geral e do bem-estar da coletividade.

Refiro-me especialmente à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, ao Banco do Estado de São Paulo S. A. e à Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.

Aí está o acervo com que contava a Administração do Governador Jânio Quadros ao iniciar-se.

Nada, porém, de irremediável, desde que o Governo, premunido, procurasse nas próprias dificuldades encontradas o estímulo necessário para vencê-las e desde que subordinasse os processos de sua atuação à necessária metodologia, à feição cartesiana.

Na conjuntura, aprestou-se para conjurar as consequências mais imediatas e graves do desequilíbrio financeiro-administrativo — que já solapava o próprio prestígio da autoridade governamental — de modo a imprimir sistemática e paulatinamente, parte por parte, novos rumos à gestão dos negócios financeiros, e a criar as condições indispensáveis para que se restabelecesse o ritmo normal da ação do Estado e, se possível, se acelerasse esse ritmo para ajustá-lo à velocidade exigida pelo esplêndido e insuperável progresso de nosso Estado.

Não me deterei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no comentário do que foi a reversão operada em tão curto lapso de tempo e, mais do que isso, do que foi a expansão das atividades do Governo, de modo a repor a Administração do Estado no lugar que lhe cabe, ao lado da iniciativa privada, como fator do desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo.

Prefiro, para poupar aos egrégios representantes do Povo o relato de verdades já sabidas, reportar-me às prestações de contas periodicamente feitas pelo Governo que me antecedeu, cujas mensagens foram minuciosas no informar das fases sucessivas do processo de recuperação da máquina administrativa para os fins que lhe cumpre realizar.

Limitar-me-ei a ressaltar os fatos mais expressivos de uma Administração lastreada pela inabalável von-